

1



PREVIDÊNCIA SOCIAL

2

3

4

5

6

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

7

8

9

10

ATA

11

12

13

Seminário do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho

14

15

16

17

18

19

Brasília, 28 de Abril de 2016.

20

21

22

23

24

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

25

26 Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na Esplanada dos
27 Ministérios - Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Bloco F, Auditório, teve
28 início o Seminário do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças
29 do Trabalho. Estiveram presentes os senhores conselheiros do CNPS: Miguel
30 Soldatelli Rossetto (MTPS); Benedito Adalberto Brunca (MTPS); Sérgio Antônio
31 Martins Carneiro (INSS); Carlos Alberto de Paula (SPPC); João Junior Onuki Alves
32 (CNPA); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Luiz Adalberto da Silva (COBAP);
33 Andrea Angerami Gato (SINDNAPI); Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Miguel
34 Salaberry Filho (UGT); Evandro José Morello (CONTAG); Rodrigo Hugueney do
35 Amaral Mello (CNA); Antonio Lisboa (CNC) e Ubiramar Mendonça (DATAPREV).
36 Convidados: Adauto Felix (COBAP); Betyna Saldanha Corbal (MTPS); Bruna Beck da
37 Costa (MTPS); Eduardo Batista de Queiroz (CT-SST); Fernando Nunes Alves
38 (DSAST); Francisca Maria de Oliveira da Silva (MTPS); Josierton Cruz Bezerra (INSS);
39 Luiz Sergio Mamari (CNC); Marco Antonio Perez (Diretor de Políticas de Saúde e
40 Segurança Ocupacional – (MTPS); Marco Fraga (FUNDACENTRO); Maria Araujo de
41 Oliveira (MTPS); Narlon Gutierre Nogueira (MTPS); Sergio Luiz Máximo (MTPS);
42 Anastassia Borborema (MTPS); Celia Medeiros (MTPS); Eduardo Batista de Queiroz
43 (CT-SST); Henrique Alves Vieira (MTPS); Luciano Barbosa (CNI); Luiz Alberto
44 Catanoce (SINDNAPI); Luiz Cláudio Sena Santos (INSS); Ricardo Oliveira Martins
45 (MTPS); Reinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Sara Conceição de Arruda
46 (MTPS); Maria Rosalina dos Santos (CONAQ); Danielli Silva Bernardes (CNT); Rogério
47 da S. Brandão (MPT); Hellen Rodrigues (DPSSO/MTPS); Cleide Melo
48 (DRPS/MTPS); Lucas Santos (MTPS); Polyana Resende (DRPSP/MTPS); Fernanda
49 Miranda Guerra (DRPS/MTPS); Douglas Martins (DRPS/MTPS); Felipe Azevedo
50 (SPPS/MTPS); Cláudio Soares (SPPS/MTPS); Maria Miguel (SPPS); Maria Luiza Melo
51 (SPPS); Cláudia Cristina (DRPSP/MTPS); Gilberto Borges da Cunha. (BRPSP/MTPS);
52 Laura Schwerz (DRPSP/CGEEI); Nicolas Lima (PGF/AGU); Marcelino M. do
53 Nascimento (SPPS/MTPS); Carlos Silva (SINAIT); Helio Carneiro Fernandes
54 (MTPS/SPPS); Sandra Amorim (DISART/INSS); Vanessa Justino (DISART/INSS);
55 Daniela Lima de Freitas (DIRSAT/INSS); Marcos Barroso de Oliveira (COBAP); Márcia
56 Rejane Campos (CGPM/INSS); Zélia Maria Alves dos Santos (MTPS); Maria P. de

57 Freitas (MTPS); Pedro Henrique Zampier (MTPS); Júlio Romeu Maciel (SPPS);
58 Fernanda Marques (SPPS/COAAD); Glauce de Paula Santos (SPPS/COAAD); Como
59 palestrantes, os senhores: Alexandre Zioli Fernandes (Coordenador-Geral de Estudos
60 de Previdência/MTPS); Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira (Coordenador-Geral de
61 Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade/MTPS); Orion Sávio Santos de
62 Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais/MTPS); Leonardo Osório Mendonça
63 (Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho –
64 CODEMAT/MPT); Jeferson Seidler (Diretor do Departamento de Segurança e Saúde
65 no Trabalho/MTPS); Fernando Maciel (Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto
66 de Ações Regressivas da Procuradoria Geral Federal); Jose Gervásio Abrão Meirelles
67 (Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Fizeram parte da
68 solenidade de abertura, o senhor Ministro de Estado do Trabalho e de Previdência
69 Social, Miguel Soldatelli Rossetto; o Secretário de Políticas de Previdência Social, Sr.
70 Benedito Adalberto Brunca; o Secretário de Inspeção do Trabalho, Sr. Paulo Sergio de
71 Almeida; o representante do INSS, Sr. Sérgio Antônio Martins Carneiro; o
72 Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas da Procuradoria
73 Geral Federal, Sr. Fernando Maciel. Inicialmente fez uso da palavra, o Sr. Paulo
74 Sergio de Almeida (Secretário de Inspeção do Trabalho), momento em que teceu
75 algumas considerações a respeito desse dia ser dedicado em Memória das Vítimas de
76 Acidentes e Doenças do Trabalho, visto que é um dos problemas mais graves
77 existentes no país. Ele também disse que o elevado número de acidentes do trabalho
78 e doenças profissionais que acometem a população trabalhadora no Brasil, além do
79 adoecimento, mutilação e morte de trabalhadores e trabalhadoras que causam
80 sofrimento à população, as famílias brasileiras, também constituem importante déficit
81 do atingimento do conceito de trabalho decente no país, é um ônus para o sistema de
82 saúde pública; é um ônus para a Previdência Social e, representa perda de
83 produtividade para as empresas e, como reflexo para toda a economia do país. O
84 avanço desse tema, ele somente é possível com articulação entre as diversas
85 instituições que atuam nessa questão, por esse motivo é importante ter atuação
86 conjunta das áreas que hoje atuam no tema do combate de doença do trabalho e
87 doenças profissionais, seja do lado da Secretaria Especial do Trabalho, seja do lado
88 da Secretaria Especial de Previdência Social. A seguir, foi à vez do Sr. Benedito
89 Adalberto Brunca (MTPS) fazer uso da palavra, na oportunidade, ele falou ser
90 imprescindível fazer uma reflexão a respeito de todo o desafio que significa gerir as
91 políticas públicas, no caso da Previdência Social para atender aos trabalhadores
92 vítimas dos acidentes do trabalho nos seus vários estágios, de forma a buscar a

contribuição junto com todos os representantes da sociedade para que seja possível aprimorar a ação institucional do Ministério do Trabalho e Previdência Social em face desse desafio. Na sequência, o Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, Ministro de Estado do Trabalho e de Previdência Social procedeu a Assinatura da Portaria que regulamenta o compartilhamento de informações relativas a benefícios por incapacidade, aposentadoria especial; acidente de trabalho e fiscalizações de trabalho entre a Secretaria Especial de Previdência Social e a Secretaria Especial do Trabalho e, a seguir, ele falou que a agenda da segurança da saúde no trabalho é uma agenda prioritária para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, pois a partir dela é possível dar potência a integração dos esforços, do trabalho das equipes, exatamente na área da segurança e da saúde no trabalho, por esse motivo há um entusiasmo no trabalho a ser desenvolvido nessa oportunidade. Em seguida, ele agradeceu as presenças dos Órgãos Governamentais, especialmente a AGU; o Ministério Público do Trabalho; a Justiça do Trabalho e demais estruturas do Governo Federal. Em seguida, ele teceu considerações acerca dos temas que seriam abordados nesse Seminário. Na continuidade, o Sr. Alexandre Zioli Fernandes (Coordenador-Geral de Estudos de Previdência) apresentou o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Após tecer considerações a respeito da matéria em questão, o expositor mostrou que os números do citado Anuário indicam que a maioria dos acidentes registrados ocorreu na Região Sudeste (387.142), seguida pelas regiões Sul (153.329), Nordeste (91.725), Centro-Oeste (47.884) e Norte, com 31.084 acidentes notificados. Vale lembrar que é no Sudeste e no Sul que se concentra o maior número de trabalhadores formalizados do país. Quando se analisa os acidentes por grupos etários, nos últimos três anos, há indícios de uma pequena mudança no sentido de uma menor incidência nas idades mais jovens e um aumento da incidência nas idades superiores. Em 2007, 54,81% dos acidentes ocorreram em idades inferiores há 34 anos. Esse percentual cai para 52,78% em 2011. A faixa etária de 35 a 44 anos permanece com participação praticamente estável no triênio, sendo que a participação da faixa etária superior a 45 anos aumenta de 20,38% para 22,66%. As três atividades econômicas que registraram maior número de acidentes foram as de atendimento hospitalar, administração pública e o comércio varejista de mercadorias em geral. Essas três atividades foram responsáveis por 13,5% do total de acidentes registrados no ano de 2011. Na sequência, passou-se para o tema “Acidentalidade no Trabalho segundo Porte de Empresas”, a matéria em questão foi apresentada pelo Sr. Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira (Coordenador-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade/MTPS), ele após saudar os presentes, apresentou um dado alarmante e

preocupante, a saber: São três mortes a cada duas horas de trabalho, são três
acidentados a cada minuto de trabalho, considerando a jornada de trabalho de 44
horas, assim sendo, urge o Governo Federal prestar conta para a sociedade sobre os
dados citados acima. Feita essas considerações iniciais, ele falou em detalhes sobre o
tema e, destacou: Os Boletins Quadrimestrais que objetivam o acompanhamento dos
Benefícios por Incapacidade e CAT, bem como apresentar a evolução da concessão
de benefícios por incapacidade, em especial aqueles causados pelo trabalho. A
primeira edição foi publicada em 28 de abril de 2014. O primeiro boletim, lançado no
dia mundial em memória às vítimas de acidentes de trabalho, apresentou um
panorama da concessão de benefícios por incapacidade acidentários, tais como:
auxílio-doença – B91; aposentadoria por invalidez – B92; pensão por morte – B93; e
auxílio-acidente – B94, no Brasil entre os anos de 2000 e 2011. Os números de
concessão foram relacionados aos códigos de CID, isto é, Classificação Internacional
de Doenças. O segundo boletim quadrimestral do ano de 2014 abordou a evolução da
concessão do auxílio-doença no decênio de 2004 a 2013, focando na diferença da
velocidade da evolução entre homens e mulheres. Também foram analisados os
códigos de CID que mais influenciaram a concessão do benefício para cada sexo ao
longo do período. O último boletim do ano de 2014 analisou a concessão de benefícios
acidentários relacionados ao porte, ou seja, número de vínculos dos empregadores no
biênio 2012-2013. O primeiro boletim elaborado no ano de 2015 teve por objetivo
identificar a frequência e os motivos do indeferimento de negativas de concessão de
auxílio-doença para o segurado empregado em situação de desemprego (período de
graça) e compará-los com as informações relacionadas às demais formas de filiação,
entre os anos de 2009 e 2013. A partir deste boletim, as publicações passaram a ser
desenvolvidas a partir de ferramenta cuja cessão para uso é garantida por Acordo de
Cooperação Técnica firmada entre MTPS e Ministério Público do Trabalho em
dezembro de 2014. O boletim II de 2015 traz análise à concessão de benefícios
acidentários entre os anos de 2009 e 2013 a partir dos parâmetros de frequência,
duração, despesa e **Ifdd** que significa índice de frequência duração e despesa,
[http://www.mtps.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/mais-informacoes/boletim-
quadrimestral-de-monitoramento-de-beneficios-de-incapacidade](http://www.mtps.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/mais-informacoes/boletim-quadrimestral-de-monitoramento-de-beneficios-de-incapacidade), que informa a
despesa da Previdência Social com benefício por dia, levando em consideração a
frequência, a duração e a despesa. O boletim III/2015 apresenta a frequência de
registros das comunicações de acidente de trabalho – CAT no Brasil entre os anos de
2010 e 2014, considerando: a) A natureza do acidente (trajeto, típico ou doença); b) A
divisão por gênero, faixa etária, local do acidente e emitente e, c) As maiores

165 incidências de acidentes comunicados por CNAE, CID, agente. A seguir, ele falou
166 sobre FAP e artigos científicos. Dando a continuidade ao Seminário, o Sr. Orion Sávio
167 Santos de Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais/MTPS) expôs o tema
168 “eSocial”, instrumento de unificação da prestação das informações referentes à
169 escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade
170 padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um
171 ambiente nacional. A seguir, ele falou em pormenores sobre: 1) Visão geral do
172 eSocial; 2) Vantagem do novo modelo; 3) Os eventos de SST; 4) Impactos no SAT; 5)
173 Situação atual do projeto; 6) Cronograma de implantação. O “eSocial” tem como
174 princípios: Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; Racionalizar e
175 simplificar o cumprimento de obrigações; Eliminar a redundância nas informações
176 prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; Aprimorar a qualidade de informações das
177 relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e conferir tratamento diferenciado
178 às microempresas e empresas de pequeno porte. Ele também falou sobre as
179 principais vantagens do novo modelo; Os eventos de Saúde e Segurança do
180 Trabalhador no eSocial; Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Comunicação de
181 Acidente de Trabalho – CAT; legislação; Situação atual do projeto; Cronograma de
182 implantação que se encontra em revisão. Por fim, ele frisou que o eSocial é uma nova
183 era nas relações entre empregadores, empregados e governo. Na sequência, o Sr.
184 Leonardo Osório Mendonça, Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do
185 Trabalho – CODEMAT apresentou o tema “Procedimentos Estratégicos a partir das
186 informações Previdenciárias Acidentárias na visão do Ministério Público do Trabalho”.
187 Inicialmente, ele destacou ser importante que se crie um movimento muito parecido
188 com o “Outubro Rosa ou Novembro Azul” e, criar o Abril Verde em alusão às Vítimas
189 de Acidente de Trabalho. Dito isto, ele falou da importância do dia 28 de abril na
190 discussão do tema, bem como a eficácia da Lei nº 11.121/2005; Importância da
191 CODEMAT; Projetos de atuação e Grupos de Trabalho; Relação da CODEMAT com
192 outras instituições; Inter-relação da CODEMAT com as demais coordenadorias
193 temáticas do Ministério Público do Trabalho; Papel preventivo da atuação da
194 CODEMAT e, Atuação da CODEMAT por projetos desde o início de suas atividades.
195 Ele destacou a atuação do Ministério Público do Trabalho em situações diversas dos
196 inquéritos civis e ações civis públicas. Após intervalo do almoço, o Seminário foi
197 reiniciado com o item “Procedimentos Estratégicos a partir das Informações
198 Previdenciárias Acidentárias na visão de Segurança e Saúde no Trabalho”. O tema em
199 destaque foi apresentado pelo Sr. Jeferson Seidler, Coordenador-Geral de
200 Fiscalização e Projetos do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Inicialmente, ele destacou a Eficácia; Eficiência e Efetividade, esse tripé são as prioridades a alcançar na busca por um trabalho seguro e saudável em todos os locais de trabalho. Em seguida, ele divulgou as prioridades da Inspeção em SST para ter um trabalho seguro e saudável; redução de acidentes e doenças do trabalho; foco; recursos finitos e demandas excessivas; Plano Plurianual – PPA; dados individualizados da CAT; análise de acidentes; planejamento de ações fiscais; taxas: mortalidade, incidência e doenças; destacou que por unidade da federação, são priorizadas as classes de atividades econômicas CNAE; Portaria que regula o compartilhamento dos dados e, programa piloto. Ele disse que “priorizar significa postergar uma coisa em favor de outra”. Concluído esse ponto, passou-se para o item “Procedimentos Estratégicos a partir das Informações Previdenciárias, acidentárias na visão da Procuradoria-Geral Federal, Ações Regressivas, o qual foi apresentado pelo Sr. Fernando Maciel, Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas da Procuradoria-Geral Federal. Ele falou que acidente do trabalho é um *iceberg* cuja parte visível apresenta uma parcial dimensão do problema. A sua parte submersa evidencia graves consequências de natureza social, econômica e jurídica desse fenômeno. A seguir, ele falou das Consequências Sociais dos Acidentes de Trabalho; Arrecadação SAT x Despesa Acidentária; Consequências Jurídicas dos Acidentes do Trabalho. Disse que a PGF vem utilizando as ações regressivas acidentárias para combater e, principalmente, prevenir as consequências sociais, econômicas e jurídicas dos acidentes do trabalho. a ação regressiva acidentária é a ação proposta pelo INSS a fim de obter o ressarcimento das despesas previdenciárias com os acidentes do trabalho, ocorridos por culpa dos empregadores. Ele também falou do Fundamento normativo; dos Objetivos; dos Pressupostos. Por fim, ele fez um panorama geral das ações em relação ao tema do passado, presente e futuro, sendo que no futuro o foco está na ampliação do projeto de ações regressivas coletivas. Em seguida, foi chamado o último tema a ser apresentado, logo. “Procedimentos Estratégicos a partir das Informações Previdenciárias, Acidentárias na visão do Tribunal Superior do Trabalho”. O tema foi apresentado pelo Sr. Jose Gervásio Abrão Meirelles (Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho), este, após saudar os presentes deu início a sua apresentação. Ele consignou a relevância dos dados estatísticos; os Reflexos das informações no âmbito da gestão e julgamento de processos judiciais, a Necessidade de trâmite prioritário; a Recomendação Conjunta N.º 1/GP.CGJT, de 3 de maio de 2011 do TST que recomenda aos Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho e aos Juízes do Trabalho que confirmem prioridade à tramitação e ao julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que

envolvam acidentes de trabalho. Também falou da necessidade de indicação de peritos especializados; do Princípio da ciência aos legitimados coletivos; da Relevância do tema acidentário e julgados exemplificativos; Ausência de emissão de CAT e danos; NTEP e julgamento de processos judiciais; Reflexos das informações no âmbito do Programa Trabalho Seguro e, Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro, o qual é composto pelos magistrados relacionados no Anexo I, com as seguintes atribuições: I – auxiliar a Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na coordenação das atividades do Programa; II – sugerir medidas, projetos, planos de ação, metas e prazos para alcance dos objetivos, bem como acompanhar a sua consecução; III - manter interlocução com os Gestores Regionais do Programa e demais representantes de instituições públicas e privadas parceiras e colaboradoras; IV – coordenar a atuação do gerente e da equipe executiva do Programa. Parágrafo único. O Comitê Gestor Nacional apresentará semestralmente, ou sempre que requerido, os resultados das atividades ao Ministro Presidente do TST e do CSJT. Concluída a apresentação e as palestras pautadas para esse Seminário, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (MTPS) fez o seguinte pronunciamento: *“Nós que dedicamos o tempo e ficamos aqui durante o dia de hoje, tivemos a oportunidade de ver uma sequência, uma narrativa da execução das atividades. Queria convidar o Jefferson para compor aqui comigo a mesa, o Fernando, o Gervásio só para poder fazer os registros. Como fiz a abertura hoje no início da manhã, este é um seminário fruto da decisão do Conselho Nacional de Previdência Social, na conversão da reunião mensal na sequência de exposições de debates que aqui foram objetos durante o dia de hoje e que traça o perfil de atuação das várias instituições que aqui se fizeram representar acerca dos acidentes de trabalho; das consequências; das ações; do planejamento de como que isso repercute o acidente do trabalho dentro do contexto da atuação de uma das organizações e, esta atuação eu acompanho, pois estou há 34 anos dentro do INSS e na década de 90 eu participava como Gerente Regional de Seguro Social em Cuiabá/MT de reuniões coletivas com a área da saúde, com a DRT, com a Justiça e as Procuradorias a época e o grande desafio era discutir como que a gente conseguia fazer as comunicações de acidente de trabalho, as CATs chegarem às delegacias em papel para poder produzir efeitos e nós não perdermos a perspectiva de uma visão de ação mais estruturada e o dia de hoje revendo aqui um filme de um caminhar, de uma trajetória e, tendo tido a oportunidade, não está aqui conosco mais por conta da audiência pública no Senado, o membro do MPT, Dr. Leonardo e com o qual ao final do ano de 2014, nós conseguimos fazer um acordo de cooperação técnica para a gente compartilhar as informações e ter o intercâmbio de*

informações que a partir disso e da possibilidade que o MPT teve sistematizar essa
informação, além do Anuário Estatístico de Acidente De Trabalho, além do Anuário
Estatístico da Previdência Social, mas fazendo leituras e interpretações que
permitissem a partir do próprio MPT compartilhar os dados com os demais atores
envolvidos dentro desse processo. Eu acho que ponto de vista da cidadania, nós
cumprimos uma obrigação, nós cumprimos aquilo que se espera de um agente
público, que é ter informações de uma maneira utilizada para o bem comum para a
proteção do trabalhador que está exposto, está sujeito às condições adversas de
trabalho, está numa condição de trabalho que não seja um trabalho digno e que,
portanto a partir da ocorrência de uma exposição e de condições adversas de trabalho
e com repercussões na sua ação física, psicológica e todo o conjunto do ser humano
que pode ser afetado nas suas mais variadas matizes é que isso possa no caso,
significar uma possibilidade de uma ação coordenada. Hoje, pela manhã fiz referência
ao Decreto que instituiu a rede interinstitucional de reabilitação profissional, foi
publicado hoje, o que na verdade, tem o mesmo objetivo no paralelo relativo à ação de
proteção do trabalhador, no caso do plano nacional de saúde e segurança do trabalho,
todo esforço que foi aqui expressado na abordagem de cada um dos expositores que
aqui se apresentaram e puderam ter material e que será compartilhado com todos os
senhores e será distribuído aos conselheiros e vão trabalhar para colocar isso dentro
da página do Ministério e também vamos distribuir aos quase 100 Conselhos de
Previdência Social do país o conteúdo dessas apresentações para instigar também
que esse debate transcenda essa questão do próprio ambiente que aqui se
concretizou nesse auditório, mas que na verdade, estimule os atores a ter uma ação
coordenada e que busquemos cada vez mais a conscientização de todos os que estão
envolvidos na relação de trabalho, o trabalhador, o sindicato dos trabalhadores que o
representam, o empregador e as federações, confederações que o representam.
Temos convicção de que os conjuntos de legislações que aqui foram sendo
estruturadas ao longo desse período estão efetivamente contribuindo para o objetivo
que se busca. Foi muito aqui mencionado, não só as normativas já de algum tempo
existente, mas, sobretudo, a questão da implantação do Nexo Técnico Epidemiológico
Previdenciário em 2007 foi um marco e aqui as estatísticas do anuario expressaram
isso e a última fala do Dr. Gervásio demonstra como que essa estatística, como esse
dado converge para a questão da efetiva proteção ao direito violado. Em relação ao
Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, aliás, ao Fator Previdenciario de
Prevenção – FAP. Nas resoluções que demarcam as resoluções e aplicação deste
fator previdenciario de prevenção dão uma dimensão de como que nós colaboramos

de uma maneira efetiva para a proteção das relações de trabalho e como que nós temos que cada vez mais premiar as boas iniciativas das empresas que atuam numa maneira que é a proteção do trabalho e, essa atuação e pegando o gancho da fala do Dr. Gervásio, quando não é uma boa atuação que se penalisem que se dê um ônus, se é uma boa atuação que se dê o bônus para efeito de reconhecer, porque nenhuma instituição de governo seja do executivo, seja do judiciário tem a possibilidade de ter uma presença completa no dia a dia do trabalhador. Nós vamos estar sempre buscando estar unipresentes no sentido desta discussão para que nós façamos as ações e que essas ações de alguma forma repercutam positivamente. Agora, quem está na relação do dia a dia são os trabalhadores e são os empregadores e a gente espera que deles possa ter o melhor resultado para efeito desta configuração e que eles consigam organizar o ambiente de trabalho de uma maneira mais adequada, mais correta e que nós sejamos atores coadjuvantes desse processo, porque não se pode esperar que a ação correta e positiva só ocorra quando nós estivermos de alguma forma presentes fisicamente, se isso for presumido, nós estamos perdidos enquanto expectativa, porque o que se espera é a correta organização do trabalho e a correta organização de todas as ações das atividades para que nós efetivamente possamos ter eficácia, efetividade como disse o Fernando que a gente possa não ter as ações na justiça do trabalho muito menos que a gente tenha que recorrer as ações regressivas como o meio de poder fazer uma ação educativa e muito menos daquilo que disse o Ministro Miguel Rosseto hoje no início da manhã de que a gente não tenha um exército de 845 mil brasileiros afetados pelas mais variadas matizes do ponto de vista das sequelas decorrentes das relações de trabalho, sejam aqueles que estão em auxílio doença temporariamente, sejam aqueles que tiveram seqüelas definitivas e que somam quase 370 mil pessoas e que tem que adaptar as suas condições de trabalho, sua condição de vida as limitações que os acidentes impuseram, sejam para os 210 mil aposentados por invalidez em decorrência de acidente de trabalho e quase 156 mil pensionistas que não contam com os seus esposos ou os filhos com os seus pais na condição de poder ter um compartilhamento daquilo que foi mencionado sobre o fato de que está se interrompendo a trajetória da vida e a trajetória da morte, a morte, como disse o Dr. Leonardo, ela vai ocorrer para todos nós e isso é inevitável e não é direito ninguém antecipar isso pelas razões pautadas em busca de economia; falta da prevenção e, falta da adequada condição de trabalho, então assim, ninguém em sã consciência pode advogar, vamos dizer que essas razões se justifiquem ou possam ser entidades pela sociedade que em última análise arca com as responsabilidades decorrentes desse processo de constatação das ocorrências de acidentes inúmeros

que ainda são extremamente preocupantes e como eu disse no início, estamos no fim do processo e as vezes muito pouco resta para que a gente possa fazer a não ser confortar e amparar aquela família ou o nosso segurado nas condições que lhes restaram de sobrevivência, mas eu sinto que tivemos uma boa jornada, fizemos uma boa trajetória do ponto de vista do debate e que demonstra o que as instituições estão cada vez mais convergindo e conversando, dialogando e trocando as informações para alcançar o resultado que no fim é a busca da proteção as relações de trabalho e proteção a vida do trabalhador. Então da minha parte eu quero agradecer a presença e a persistência de todos vocês, porque realizar um seminário é sempre um desafio, a gente convida e promove o debate, promove a discussão e, promove a oportunidade, então gostaria de agradecer a todos vocês”. Solicitou a palavra, o Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MTPS), ocasião em que frisou à importância da informação para a melhoria das condições do trabalho no país. A informação, ela é fundamental para a construção de uma democracia nos ambientes de trabalho, não existe democracia sem informação e muito menos uma informação construída a partir de meias verdades, assim sendo é fundamental informar o que acontece no mundo do trabalho a sociedade e, principalmente ao trabalhador e ao empregador é fundamental para que se construam melhores condições de trabalho e ambientes de trabalho que gerem menos agressão ao trabalhador, menos lesão, menos morte, menos adoecimento e menos morte. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (MTPS) declarou encerrado o Seminário. Brasília, 28 de Abril de 2016.